

OS POVOS INDÍGENAS NA GRANDE SÃO PAULO E SUA SITUAÇÃO LINGUÍSTICA

João Paulo Ribeiro¹

RESUMO: Dentro da lógica do modelo civilizatório vigente, as populações tradicionais são cada vez mais destituídas de seus espaços de sustentabilidade. Na região metropolitana de São Paulo, encontram-se, como força de trabalho, indivíduos provenientes de grupos indígenas migrados de sua terra tradicional. Busca-se, aqui, entender a situação linguística deles. A reflexão sobre línguas indígenas em contexto urbano constitui o cerne deste artigo.

PALAVRAS-CHAVE: Povos Indígenas; Meio Urbano; Organizações Indigenistas; Sociolinguística Aplicada

1. INTRODUÇÃO

A linguística aplicada às populações indígenas não pode, unicamente, restringir-se ao ato de ajudá-las. O que temos a aprender com os povos indígenas? Esta pergunta deve direcionar o investigador para uma construção transcultural e intercultural, para conhecer o outro e para entender o ser humano e a si próprio.

Por um princípio pedagógico aceito mundialmente, a língua materna deve ser utilizada para alfabetizar e educar as crianças, sobretudo nos primeiros anos de vida. Muitas crianças indígenas são hoje forçadas a aprender em uma língua estranha, o que pode provocar um choque

¹ Professor de nheengatu e indigenista, bolsista da USP (Ensinar com Pesquisa) no ano de 2009.

traumatizante, capaz de resultar em efeitos negativos irreparáveis à sua sociabilidade.

Segundo Santos (2001), a língua é um instrumento de produção e transmissão de conhecimentos próprios, valores étnicos e identitários que só devem ser passados naquela língua particular. Para os povos indígenas, o maior conhecimento sobre a própria história e sobre o presente, propiciado pelo conhecimento sistemático de suas línguas, pode contribuir poderosamente para a valorização de sua identidade étnica.

Distante do modo de vida tradicional, os povos indígenas desaldeados encontram-se impossibilitados de compartilhar os espaços especializados de uso discursivo da língua étnica. Além disso, parte destes povos possui um histórico de contato intenso nestes cinco séculos de colonização, fazendo da língua portuguesa a sua única língua de comunicação. Como recriar espaços discursivos ou desenvolver estratégias, nas comunidades em contexto urbano, de uso de língua diferenciada que propicie o bem-estar, o desenvolvimento humano?

Rajagopalan (2003:106) afirma que o linguista aplicado é “*um ativista, um militante, movido por certo idealismo e convicção inabalável de que, a partir da sua ação, por mais limitada e localizada que ela possa ser, seja possível desencadear mudanças sociais de grande envergadura e consequência*”.

2. ORGANIZAÇÕES E PROJETOS INDIGENISTAS CONTEMPORÂNEOS

A FUNAI, Fundação Nacional do Índio, órgão estatal que trata das questões que envolvem os indígenas com a sociedade brasileira, não reconhece as populações indígenas que moram fora das aldeias. Essa atitude dificulta que a população indígena no contexto urbano possa reivindicar seus direitos assegurados pela Constituição Federal. Conforme dados demográficos do IBGE (2005), aproximadamente 50% dos indivíduos autodeclarados indígenas vivem em perímetro urbano.

Essa postura da FUNAI perante os índios nas cidades tenderá a mudar devido, principalmente, à articulação política dos povos indígenas. Nos últimos 40 anos, diversos setores e organizações se juntaram a essa causa na busca de um modelo de sociedade brasileira diferente daquele do século passado.

Existem muitas organizações na grande São Paulo empenhadas na questão indígena. Nós dirigiremos nossa atenção para algumas, conforme a disponibilidade de informações encontradas sobre elas e a espécie de apoio prestado às populações indígenas. No entanto, não há uma atenção daquelas diretamente para a questão linguística.

A preservação das línguas indígenas ou a sua utilização por seus respectivos povos é de essencial importância para a identidade étnica e para os indivíduos, em diversos sentidos. É preciso que façamos estudos e documentos que despertem a atenção dos interessados na questão indígena, e que eles atentem para a relação entre língua e cultura.

3. CIMI. CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO.

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) é ligado à Pastoral Indigenista da Igreja Católica. Presta assessoria jurídica e apoio à articulação política das associações indígenas. Surgiu nos anos 70, num contexto de melhor preparação do missionário religioso para atuar.

A Pastoral Indigenista possuiu uma fase chamada *tradicionalista*. Nesta, a missão clássica era a de “preparar” o indígena para a integração à sociedade nacional. Tal intenção acabava por descaracterizá-los, cometendo um verdadeiro etnocídio. Após autocríticas da própria ação missionária, o modo de atuação junto às populações indígenas radicaliza-se no distanciamento da evangelização explícita. “Quando a evangelização destrói, sufoca ou domina, é sinal de que não pertence ao mistério de Jesus Cristo e se converte em sinal de pecado”. (1 CONSULTA ECUMÊNICA DE

PASTORAL INDIGENISTA *apud* PREZIA, 2003:72). Verifica-se, partindo disto, uma atitude quase oposta à catequese. Um missionário, vivendo junto aos Myky, relata que estes, em sua maneira de viver, na sua organização social, já realizam o que ele gostaria de lhes dizer, sem mesmo nunca terem ouvido sobre o Evangelho. (id., p.86). É a fase do diálogo inter-religioso. A evangelização perde seu foco e a entidade passa a realizar um trabalho de apoio à causa indígena.

O CIMI Regional Sul aponta que, na cidade de São Paulo, vivem aproximadamente mais de 10 mil indígenas de 20 etnias, dispersos entre a população urbana. São realizadas reuniões e atividades visando à articulação destes povos na cidade. O Projeto Pindorama é um produto desses encontros. Desde janeiro de 2002, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo abriu suas portas para o ingresso de indígenas em seus cursos. O projeto é fruto de trabalho conjunto, de parceria entre intelectuais, reunidos na Pastoral Indigenista, e indígenas, principalmente da Associação Indígena S.O.S Pankararu. Hoje, diversos indígenas já se formaram. Realizam-se, também, amostras culturais, de cinema temático, debates e discussões, ampliando ao público em geral a divulgação do “mundo indígena”. O orgulho de sua origem étnica propicia ao jovem indígena um resgate da história e da cultura de seu povo.

3.1. PROJETO “ÍNDIOS NA CIDADE”. ONG “OPÇÃO BRASIL”

Desde 2002, a ONG *Opção Brasil* apoia o projeto “Índios na cidade”. Segundo seu relatório oficial de *setembro de 2006*, há, na maioria das vezes, falta de interesse também das entidades indigenistas no que se refere à situação dos índios “desaldeados”. Ela tem, assim, o projeto de trabalhar com essa problemática. As tarefas assinaladas no referido documento, resumidamente, são:

a) Identificar e visitar os indivíduos e/ou famílias que estão nas cidades e articular encontros com eles para reflexão sobre os seus problemas e busca de suas soluções. b) Oferecer meios para que possam, longe da aldeia, manter sua cultura, assim como ajudá-los a resgatá-la. c) Suscitar e apoiar projetos qualificados enviados pelos indígenas para a ONG *Opção Brasil*. d) Mostrar à sociedade em geral que o índio que vive na cidade não deixa de ser índio. e) Apoiar manifestações políticas dos indígenas quando for preciso e divulgá-las ao grande público. Propor políticas públicas para estas populações e debates em torno do tema em questão.

O projeto *Índios na Cidade* divulga a relação dos povos indígenas identificados na Grande São Paulo: Aranã, Atikum, Baniwa, Cinta Larga, Fulniô, Geripankó, Guajajara, Guarani Kaiowá, Guarani Mby'a, Guarani Nhandeva, Kaimbé, Kaingang, Kalapalo, Kambiwá, Kamayurá, Kanela, Kantaruré, Kapinawá, Karajá, Kariri, Kariri-Xocó, Katokim, Kaxinawá, Kayabi, Kayapó, Krenak, La Klãnõ, Macuxi, Munduruku, Mura, Nhamiquara, Pankará, Pankararé, Pankararu, Pataxó, Pataxó Hã Hã Hãe, Potiguara, Puri, Tapeba, Terena, Ticuna, Tremembé, Truká, Tukano, Tuxá, Tuyuka, Wassu Cocal, Xavante, Xerente, Xukuru de Ororubá, Xukuru-Kariri, Yanomami (52 etnias).²

3.2. COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO

É uma organização não governamental fundada em 1978, época em que os povos indígenas eram seriamente ameaçados pela política do regime ditatorial, cuja meta econômica era explorar as terras indígenas como patrimônio do Estado e transformar o indígena em trabalhador nacional.

2 Fonte: *Tabela das etnias da Grande São Paulo – Projeto “Índios na Cidade” – ONG Opção Brasil – última atualização: agosto de 2009.*

Nesse contexto, surgiram diversas organizações indigenistas em defesa dos direitos étnicos.

Da *Comissão Pró-Índio* participam antropólogos, advogados, médicos, jornalistas e estudantes. Trabalham, muitas vezes, em parceria com outras entidades. As atividades conjuntas procuram unir diferentes pessoas e organizações que trabalhavam em iniciativas isoladas nas diferentes regiões do Brasil.

Entre as várias frentes de trabalho da organização, deve-se mencionar a sua assessoria jurídica, com sua busca pela elaboração de leis que visam a garantir os direitos das etnias. Devem-se a ela debates e produção de textos na pré-Constituição de 1988, a conquista conjunta dos direitos indígenas na referida Constituição, a revisão constitucional e a luta pela permanência deles, sua aplicação e a conquista de novos direitos nos anos 90.

Em relação às terras indígenas, tal ONG procede ao levantamento da documentação necessária ao reconhecimento e demarcação de terras indígenas (T.I.), à elaboração de materiais, de campanhas e subsídios para fundamentar as reivindicações, à divulgação para a imprensa e para a opinião pública com vistas ao exercício de pressão sobre os órgãos governamentais.

Outras frentes de atuação de tal ONG são a educação indígena e a apresentação da temática indígena nas escolas não indígenas. A primeira deve estar de acordo ao modo de pensar e estratégia de resistência das comunidades étnicas, sendo a escola pensada como um instrumento a mais de transmissão da tradição, do conhecimento ancestral, da língua nativa e do mundo exterior em contato. A segunda se refere à preparação de parâmetros curriculares multiculturais e de produção de material didático sobre a temática indígena a ser abordada devidamente nas escolas de não índios. Em 1987, a Subcomissão de Educação Indígena da CPI-SP sob coordenação da antropóloga e professora Dra. Aracy Lopes da Silva, publicou o livro "A Questão Indígena na Sala de Aula".

3.3. O GRUPO DE TRABALHO PSICOLOGIA E POVOS INDÍGENAS. O CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA-SP

A desestruturação do universo simbólico de um povo é fator do agravamento dos índices de suicídio, uso de álcool e outras drogas, abandono da família e depressão. Com a finalidade de responder satisfatoriamente a essa demanda, psicólogos se uniram a profissionais de outros saberes afins e constituíram o *GT Psicologia e Povos Indígenas*, que vem atuando, como tal, desde 2008.

Desde 2005, visando a divulgar a questão, sensibilizar profissionais e agregá-los, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP) vem produzindo encontros, colóquios, seminários e outras atividades.

Busca-se, assim, criar recursos para a aplicação da Psicologia aos povos indígenas. A preparação e divulgação de materiais científicos, contatos com a realidade e representantes dos povos indígenas é uma constante nestes trabalhos de interdisciplinariedade.

A relação entre línguas, educação e psicologia foi debatida nos eventos “Educação Escolar Indígena, Literatura e Línguas Indígenas: Conceitos Básicos”, no 1 Encontro de Profissionais das Ciências Humanas sobre Questão Indígena, em agosto de 2007.

3.4. SALA SEQUOIA– CENTRO DE ESTUDOS DE LÍNGUAS E DE VALORIZAÇÃO CULTURAL

Escola de línguas sem fins comerciais, a *Sala Sequoia* recebe este nome em homenagem ao indígena Sequoia, da etnia *Cherokee* (América do Norte). O líder Sequoia (sec. XIX) criou um silabário para a sua língua, na perspectiva de preservá-la em face do contato com o inglês.

A *Sala Sequoia* é um espaço de estudo de línguas e de intercâmbio cultural idealizado pelo Professor Jordi Ferre, catalão, na cidade de São

Paulo. A divulgação de diferentes culturas e línguas visa ao respeito mútuo, ao engrandecimento do indivíduo e da humanidade.

As aulas são de guarani (mbyá), aymara, quêchua, kréyol (haiti), yoruba, ministradas por professores nativos. A *Sala* possui materiais didáticos de ensino das línguas citadas e prepara também seus professores no caso de haver necessidade. Procura-se, assim, animar os falantes destas línguas e divulgá-las junto a um público não acostumado a elas e distanciado da própria base de formação cultural presente na constituição dos Estados modernos atuais da América e da África.

3.5. EVENTO “ÍNDIOS NA CIDADE DE SÃO PAULO”

Os indígenas que migram e vivem nas cidades não recebem apoio da FUNAI, não importa se o motivo de migração sejam problemas de terra e conflitos. Sendo assim, são inúmeras as dificuldades que sofrem estas populações: falta de moradia digna, saneamento básico precário, falta de cuidados médicos e educação, desemprego e a impossibilidade de expressar suas identidades culturais. São os mesmos problemas que passa a população pobre, em sua maioria composta de migrantes.

Preocupados em entender e conhecer a situação destas populações indígenas, e com o apoio da *Pastoral Indigenista da Arquidiocese de São Paulo* e da *Comissão Pró-Índio*, foi organizado o evento “Índios na cidade da São Paulo” em novembro de 2004. Participaram dele representantes dos povos indígenas que estão, de certa forma, articulados e possuem boa vivência interna entre as famílias e os indivíduos. Também estiveram presentes a APOINME (*Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo*), a *Associação Nacional de Ação Indigenista*, representantes indígenas das aldeias, movimentos de moradias, grupos de direitos humanos, a FUNAI e a FUNASA, entre outros.

Este encontro teve como objetivo debater as dificuldades em comum que passam os indígenas na cidade, os problemas na aldeia, e uma crítica à atuação dos órgãos governamentais em desrespeito aos direitos constitucionais. Reuniu-se os povos, que vivem na cidade, para que possam, articulados, reivindicar seus direitos universais. Em junho de 2005 editaram um documento-relatório “Índios na cidade da São Paulo”

4. GRUPOS INDÍGENAS MIGRANTES NA GRANDE SÃO PAULO

Na metrópole, somente a etnia Guarani (de dialeto Mbyá), está aldeada e mantém a língua nativa fortemente. Neste artigo, apresentar-se-ão alguns povos indígenas imigrados. Dos povos desaldeados que migram para a região em busca de “melhores oportunidades”, grande parte têm como origem o nordeste do Brasil. As etnias contatadas são Kaimbé, Kariri-Xokó, Pankararu, Pankararé, Wassu-Cocal, Fulniô (provenientes do sertão nordestino), Terena (MS) e as etnias de língua quêchua e aymara (populações migrantes da Bolívia, Peru e Equador). Os quatro últimos possuem a língua materna viva. A eles e ao grupo Pankararu, devido a sua articulação e características, é dada maior atenção. Dos demais far-se-á uma breve apresentação. Cabe salientar que as etnias Kaimbé e Kariri-Xocó possuem ligação com a língua Kiriri, umas das poucas línguas extintas documentadas no Brasil (Mamiani, 1877). As lideranças Pankararé e Wassu-Cocal estão, quase sempre, representadas nas reuniões indigenistas realizadas na Grande São Paulo. Para o projeto, as etnias localizadas são numericamente representativas dentre as outras possíveis.

4.1. POVOS INDÍGENAS PROVENIENTES DO SERTÃO NORDESTINO

Robert E. Meader (1978), buscando verificar a possibilidade de estudos sobre as línguas indígenas na região nordestina, levantou dados em tra-

balho intitulado *Remanescentes Tribais do Nordeste Brasileiro*. Meader (ibidem, p. 7) pressentia que “talvez sejam estas as últimas informações sobre alguns desses grupos”. Fenômeno atual, e não esperado naquela época, foi, contudo, o “ressurgimento” ou “emergência” de etnias que se proclamam indígenas e são reconhecidas pela população local como diferentes.

Estes povos, nestes cinco séculos de formação da civilização brasileira, viveram inúmeros massacres e perseguições. Na área ocupada pela criação extensiva de gado, no sertão, seguindo o curso do rio São Francisco, os fazendeiros de gado entraram em guerra contra os indígenas, sendo que, já por volta do início do século XVIII, o governador da Bahia, referindo-se a esta região escreveu: “Aqui não há mais índio”. O interesse era limpar qualquer rastro de ocupação pré-colombiana.

Em 1758, o Marquês do Pombal, em célebre Diretório, proíbe a comunicação em línguas indígenas e a prática de qualquer espécie de costumes tribais. Adota também política de miscigenação forçada. Ainda no século XX, vemos a continuidade dessa política, quando na década de 70, algumas autoridades da FUNAI levam em conta o grau de aculturação para permanência e demarcação das terras indígenas.

Neste processo, várias nações se uniram, formando outras nações. Os constantes movimentos de fuga, remanejamentos forçados e outras espécies de deslocamentos, fizeram com que estes povos se misturassem com quilombolas, por exemplo. Muitas comunidades indígenas adotaram a religião, ferramentas e vários costumes não índios.

Buscando acesso formal à terra e a possibilidade de vivência de seus modos de vida, esses grupos estão em constante “pesquisa”, descobrimento e revitalização dos valores ancestrais, buscando sua reconstrução étnica. A cosmogonia, os mitos, a execução de danças, festas, história, rituais passam por um processo de criação (ou recriação), onde poderíamos falar de uma verdadeira poética da emergência. (ARRUTI, 1995: 32)

Oliveira (1998) mostra que as lacunas etnográficas e os silêncios da historiografia não devem ser encarados como únicos fatores que dificultam

tam tal processo. O estudioso se depara também com populações em contato intenso com a violência. Os rituais milenares, a organização social, a língua materna modificaram-se intensamente durante séculos de contato e massacres. Segundo Gomes (1988: 60-1) pode-se entender o *acaboclamento* como um mecanismo de resistência e transformação parcial. Diante das violências da dominação, ocorre culturalmente o compactuar com a realidade.

Na sociedade nacional, os indígenas, apesar de viverem em condições de penúria, podem “novamente se reunir e recompor sua vida comunitária em torno do que sobrou de suas práticas culturais tradicionais, mesmo que pouco ou quase nada tenha restado” (JUNQUEIRA, 1999:82).

4.1.1 CAIMBÉS

A aldeia da etnia Caimbé está localizada no município de Euclides da Cunha – BA. Segundo Reesink (1977 *apud* SOUZA, 1996:38), o exame de poucas palavras coletadas sugere a sua filiação à família Kiriri. Atualmente, utilizam para a comunicação somente a língua portuguesa. O aldeamento de povos diferentes na missão jesuítica chamada de Massacará remonta às primeiras décadas de colonização europeia. Seu território passou por inúmeras guerras de conquista e exploração pastoril.

Resistentes a estes séculos, os Caimbés de Massacará reivindicam e constroem uma etnia diferenciada. Em busca de melhores oportunidades ou, de outro ponto de vista, expulsos da terra em busca de sobrevivência, migram para as grandes cidades.

Na Grande São Paulo foi realizado, em maio de 2009, o 1 Encontro de Articulação do Povo Caimbé– Massacará, no município de Ferraz de Vasconcelos. Em agosto do mesmo ano ocorreu o segundo encontro. Nessas atividades, parentes se reencontraram depois de 20 anos. A articulação política dessa etnia visa ao reconhecimento de seus direitos e dos

direitos dos povos indígenas nas cidades e o resgate e reconhecimento de identidade diferenciada. Vivem, em diferentes municípios da Grande São Paulo, aproximadamente 20 famílias, concentradas, principalmente, na Zona Leste.

4.1.2 CARIRIS-XOCÓS

Os Cariris-Xocós são originários da região do Baixo São Francisco, no Estado de Alagoas. Cerca de 1.734 indígenas vivem na Terra Indígena Cariri-Xocó, situada nos municípios de Porto Real do Colégio e São Braz. Não há, na cidade de São Paulo, uma comunicação entre as famílias e os indivíduos. Existe, aqui, um grupo de danças com oito pessoas dessa etnia. Eles visitam constantemente a sua aldeia de origem. Segundo um membro dessa etnia, em comunicação pessoal, existe um pesquisador e professor da língua ancestral de seu povo (dialeto Dzubukua, da família linguística Kiriri). No dia-a-dia, a língua portuguesa é a única utilizada em sua comunicação.

4.1.3 PANCARARÉS

Suas terras estão localizadas em Raso da Catarina – norte da Bahia. Desde a década de 1950 direcionam-se para bairros pobres da periferia de São Paulo. Há uma concentração em Osasco, onde buscam, junto à prefeitura, um espaço para suas práticas culturais, onde possam reviver seus rituais e festas. Estão bastantes ligados às suas tradições religiosas. Os Pancararés praticam a dança do Toré. Gostariam de receber uma educação diferenciada. Algumas mulheres elaboram artesanatos para a venda, para ajudar na renda familiar.

Há um relato da indígena Alaíde Pancararé a respeito da sua língua: “*Na aldeia eles falam um pouquinho, mas ficam muitos anos sem nunca falar, esquecem tudo*”.

Há outro depoimento de Marizete Pancararé, que demonstra a situação precária de vida que possui a etnia na sua aldeia de origem, devido à falta de terra e aos massacres: “Eu não vou voltar para lá, porque lá a fome é pior.” (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO, 2004: 15)

4.1.4. UASSUS-COCAL

Tal etnia é proveniente do interior de Alagoas, do município de Joaquim Gomes. Após laudo antropológico baseado em documentos históricos e relatos pessoais, receberam do governo federal o reconhecimento oficial e o direito à terra (1986).

A área indígena possui 2758 hectares, com uma população estimada em aproximadamente 2000 pessoas.

Sobre o passado étnico, é ainda indefinida a identidade ancestral. Nimuendaju (1946) aponta a existência, próximo ao rio Camarajibe, das etnias Guaranhum, Caeté e Xucuru. Em uma história de massacres e perseguições, é sabido que povos da região se miscigenaram intensamente, unindo-se a negros fugidos da escravidão e a ex-escravos. A memória torna-se fundamental na construção dos aspectos culturais definidos pela comunidade.

Apesar da homologação da terra, esta ainda é pequena para a satisfação completa de todos. A proletarização é constante. Outro problema é a divisão das terras em lotes individuais. Na Grande São Paulo, os migrantes organizaram um grupo de canto e dança. Atualmente é grande a participação política das lideranças em São Paulo. Em Guarulhos pleiteiam, articulados com outras etnias, espaço próprio para as suas práticas culturais.

4.1.5. PANCARARUS

A aldeia de origem do povo pancararu está localizada nos municípios de Taracatu-PE e Petrolândia-PE. Na área funcionam dez escolas pancararus. Mesmo com a homologação de suas terras, em 1987, estas se encontram invadidas. Dentre os povos indígenas que migraram para São Paulo, os Pancararus (que migram desde a década de 50) possuem certa notoriedade. Sua mobilização política lhes trouxe a garantia de direitos junto aos órgãos públicos. Os Pancararus em São Paulo recebem assistência específica da FUNAI da FUNASA e fazem parcerias educacionais com diferentes instituições. Muitos de seus jovens entraram em faculdades e concluíram seus cursos, apesar das dificuldades.

Uma das preocupações dos mais velhos, no contexto urbano, é a relação que seus jovens mantêm com a cultura e a identidade pancararus. Nascidos fora da aldeia e inseridos em escolas homoneizadoras, estes jovens, assim como os de outras etnias, passam por dificuldades em relação à autoafirmação étnica.

Concentram-se na favela do Real Parque, com uma população aproximada de 513 pessoas, distribuídas em 116 famílias (Matta, 2007). Há outra concentração no Jardim Elba, Zona Leste. Na primeira, existem duas associações: a *Associação SOS Pankararu* e a *ONG Ação Cultural Indígena Pancararu*; na segunda, a *Associação Indígena Comunidade Pancararu da Zona Leste*.

Diante de situação de invisibilidade na cidade e distanciamento da aldeia, eles criaram em São Paulo um grupo de apresentação da dança do toré, que é constante em São Paulo. Mesmo sem espaço adequado para as práticas religiosas tradicionais, o grupo não deixa de realizar a “dança dos Praiás”. Esses são suas entidades espirituais, os “encantados”.

O toré é praticado por quase todos os povos no Nordeste; é um dos pontos de partida principais, mas não o único, para a aceitação identitária e busca da legitimidade de permanência na terra e acesso a ela. Os pan-

cararus foram um dos primeiros povos da região a ganharem a legitimação do Estado, no início do séc. XIX. Na época, o SPI não dava respaldo técnico a esses povos. A estratégia foi a construção de uma grande rede fraterna entre eles, onde a troca de experiência acerca das tradições e da história propiciava a reconstrução social e revitalização cultural dessas etnias, as quais passaram por séculos de ameaças de desfiguração cultural. Nessa rede, os pancararus são imitados por grupos que, nas últimas décadas, constroem uma identidade própria. Conhecidos, nesta poética de reencantamento, como “troncos velhos”, o grupo da serra do Taracatu é referência às “pontas de rama” (ARRUTI, 1995).

4.1.6. FULNIÔS

As terras da reserva indígena fulniô situam-se quase totalmente no município de Águas Belas – PE (polígono da Seca), com uma população crescente de aproximadamente 4.500 habitantes, localizados em cerca de 11.000 hectares. Parte da área é dividida em 427 lotes individuais, fruto de política do SPI quando se instalou na área em 1928.

Essa etnia é o único povo do Nordeste que mantém a língua nativa, o iatê (do tronco linguístico Macro-jê). Os velhos se comunicam em iatê e os jovens com maior frequência em português. A língua, no contexto de resistência cultural, é ponto importante para os fulniôs. Religião, língua nativa, identidade, ritual do Ouricuri são elementos interligados no processo de resistência desse povo. A festa ocorre de setembro a outubro. Nessa época os fulniôs emigrados retornam à terra indígena para participarem do Ouricuri. O ritual é essencialmente restrito.

Nesse retiro espiritual, os indígenas refazem uma volta às origens. A língua é utilizada para transmitir os segredos da tribo, o código simbólico aos jovens. Aqueles que têm permissão para participar do ritual secreto não devem de maneira alguma falar sobre o que se passa nele. Durante o

ritual fechado, em que se fala exclusivamente iatê, o grupo vive um total fortalecimento da sua identidade.

Para participar da parte sigilosa do ritual é preciso ser filho de pai ou mãe fulniô. Além disso, o indivíduo deve ser iniciado desde a infância. Apesar das discriminações, os matrimônios interétnicos são frequentes.

Visto que a preservação da língua nativa é essencial na estratégia de preservação étnica, em situação de intenso contato, qual a relação entre o ensino do iatê e a escola na aldeia? A Escola Indígena *José Moreira*, tendo como objetivo preservar a tradição fulniô, por meio da revitalização da língua, passa por um processo delicado. Mesmo em desenvolvimento constante de pesquisa de materiais pedagógicos, a professora indígena não conseguiu a adesão de todos, parecendo “transitar num caminho inverso, rompendo com valores relevantes para a unidade e coesão do grupo” (LACERDA, 1993: 277).

Parte do grupo receia que os “não índios” possam, pela língua escrita, acessar ou desvendar os segredos da tribo. Quando se comunicam em português, assumem uma postura de vigilância para não revelarem conteúdos de assuntos religiosos. Em relação à escrita, temem que uma atitude menos cuidadosa, em comunicação, possa revelar traços secretos. Alguns apontam que bastaria não tocar nestes assuntos particulares.

Desde a década de 1960, indivíduos fulniôs migram para a capital paulista. Perfazem, em São Paulo, atualmente, mais ou menos cem pessoas. Por meio de suas articulações políticas, já desenvolveram parceria com o financiamento da Carteira Indígena do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Em Carapicuíba – SP, desenvolvem o projeto *Setkê*; na zona norte da capital, no Jardim Tremembé, o projeto *Flexá-Wewe*. Ambos objetivam divulgar a cultura fulniô, além de criar melhores condições de renda para o grupo.

Em São Paulo, almejam ensinar a língua materna para as crianças. No entanto, fora da aldeia o português é a língua em uso constante. A fulniô Avani F. de Oliveira (comunicação pessoal) aponta que é difícil

trazer da aldeia em Pernambuco professores para ensinar a língua porque existem poucos deles e os recursos para mantê-los são escassos. Com esforço e ajuda criaram uma cartilha na língua.

5. POVOS ANDINOS NA GRANDE SÃO PAULO

Na região metropolitana de São Paulo, o fluxo de migrações internacionais se intensificou nos últimos anos. É perceptível na paisagem atual desta cidade a presença de bolivianos, peruanos e equatorianos. Os bolivianos trabalham, principalmente, em oficinas de costura, localizadas no centro da capital, onde residem em cortiços ou na própria oficina. Essa situação foi identificada, diversas vezes, como de semiescravidão. Há ascensão social de alguns migrantes, que constituíram sua própria oficina. Entre os peruanos (a maioria da região de Cuzco), alguns trabalham na costura, outros no comércio informal. A imigração equatoriana é recente (últimos 5 anos). Aqui trabalham no comércio informal.

5.1 AIMARA E QUÉCHUA.

As línguas aimara e quéchua são oficiais do Peru e da Bolívia. A primeira tem mais de 1.500.000 de falantes (Cardenas & Arbó, 1983); a segunda, mais de 6 milhões (Torero, 1983). O norte do Chile também tem falantes destas línguas. No Equador, fala-se o quéchua.

Os aimaras são conhecidos pela sua tenacidade identitária. Sobreviveram, como grupo étnico distinto, à dominação do império inca e a suplantação do espanhol como língua única. Dentro da língua aimara ocorre estratificação dialetal. Há um dialeto rural (el Jaqi) e a variedade urbana (el Q'ara), que significa “blanco”, “mestizo”. Esta última possui prestígio, é mais acessível à incorporação de estrangeirismos. É utilizada

nas programações televisivas, de rádio, nas publicações. Nas últimas décadas, formou-se uma verdadeira “intelligenza” (falantes de Q’ara) responsável, de certa forma, pelo fortalecimento, na Bolívia, do uso do Aimara.

Apesar da campanha pelo revigoramento das línguas nativas desses países, a língua espanhola é prioritária nas escolas, instituições governamentais e na mídia. É uma situação de diglossia, isto é, coexistem duas formas linguísticas, em concorrência desproporcional, em uma mesma comunidade, sendo que uma delas possui maior prestígio social, o que não só limita o uso da outra, mas a inferioriza junto à comunidade. Entre os jovens a perda da língua nativa dos antepassados é frequente e, entre estes, os homens estão mais sujeitos ao monolinguismo.

Situações de diglossia são verificáveis também no Brasil. Entre os mais velhos, ainda há um sentimento de precaução em se identificarem como falantes de línguas pré-colombianas.

Em São Paulo, existem rádios alternativas e igrejas evangélicas que utilizam, em alguns momentos, essas línguas. Nas tardes de domingo, a comunidade se reúne em festa na praça pública Kantuta. Ali conversam à vontade e, para nós, os “estrangeiros”, é um momento de conhecê-los melhor. Existem professores daquelas línguas. Armando Colquehunca Cansaya, professor de aimará e Gonzalo Cardenas Hernandez, de quéchua, são exemplos dos que se dispõem a mudar a situação pela qual passa a cultura nativa em face das forças padronizadoras, seja aqui ou acolá.

6. OS TERENAS

Os terenas (família linguística aruaque) já foram vistos como um povo de rápida integração à cultura brasileira. Conhecidos como grandes agricultores, constituem um dos povos indígenas mais populosos do Brasil. A maioria vive no Mato Grosso do Sul.

A análise da história e da etnografia desse povo é relevante para se entender a relação entre a sua identidade étnica e a sua fricção interétnica com a sociedade “nacional”. Os terenas, diante das condições adversas impostas pela sociedade envolvente, como a situação de confinamento nas reservas, com seu território de caça limitado e perda da potencialidade produtiva de suas terras, foram aos poucos se adaptando. Um traço dos povos Aruak é, historicamente, a tendência de superioridade destes, de abertura para o exterior, para o *diferente*, sempre a incorporar, vantajosamente, os aperfeiçoamentos culturais de outros povos para o seu patrimônio. (SCHIDT, 1917 *apud* AZANHA. 2004: 02)

Internamente, o indivíduo para ser reconhecido como terena, além da filiação a pai ou mãe terena, deve compartilhar da solidariedade étnica. Estando fora da aldeia por um largo período, por exemplo, deve sempre ser solidário com seu povo, mesmo nascendo fora.

Nos anos de 1940-70, os terenas plantavam nas reservas, faziam excursões de coleta e caça, mesmo sendo isso proibido, aos terrenos das fazendas vizinhas, ou eram contratados como mão de obra barata nessas mesmas fazendas instaladas em seus antigos territórios. Diz-se, entre os terenas, que *não se vive da reserva, mas na reserva*. Ao mesmo tempo, o poder oficial do órgão indigenista estatal vai impondo sua força em praticamente em todos os âmbitos, como forma de prevenir convulsões sociais. Atualmente, com a mecanização das fazendas, a perspectiva do trabalho externo como válvula de escape limitou-se.

Nas aldeias terenas, o esforço para que os jovens adquiram escolaridade alta é constante. Todas as aldeias possuem escolas com turmas de 1º a 4º série (algumas aldeias possuem o 1º grau completo), onde praticamente todas as crianças desde os 7 anos estudam, com ínfimas porcentagens de evasão. A escola e a língua portuguesa, por conseguinte, são entendidas pela comunidade terena como possibilidades concretas de melhorar as condições de vida do indivíduo, podendo este continuar em estudos mais avançados.

O aprendizado do português logo cedo entre as crianças, hoje em dia, segundo Ladeira (2001: 130) é uma “forma de garantir a expansão deste povo para outros espaços, sendo uma política consciente da comunidade e não decorrência aleatória de interferências externas”. As condições de uso da língua terena são decorrentes desta relação com a sociedade nacional e varia de grau conforme a aldeia. O apego emocional à língua materna, sendo esta perfeitamente adequada como instrumento de expressão de sentimentos e percepções, faz com que parcelas deste povo se preocupem com a sua manutenção.

6.1 TERENAS EM MOGI DAS CRUZES E SUZANO

No município paulista de Mogi das Cruzes e Suzano (Grande São Paulo) vivem 17 famílias terenas (Aldeia Bananal – MS). Trabalham, em grande parte, na lavoura, haja vista que estas cidades se encontram no cinturão verde. Na década de 80, fundaram a *Associação Indígena Nakopenotia*.

Neste ambiente, a língua portuguesa é de uso cotidiano com a população não indígena. Além disso, as diferentes gerações não encontram momentos oportunos para a transmissão de conhecimentos na “língua dos avós”, já que os “filhos” têm como língua materna o português brasileiro. Há casamentos interétnicos.

A vontade de se falar em terena, de ensiná-la aos mais jovens, transmitir-lhes conhecimentos peculiares é partilhado, em suma, pelos mais velhos do grupo terena na Grande São Paulo. Eles se preocupam em criar momentos de prática de uso da língua ancestral. Em contato com os professores da aldeia, obtiveram uma cartilha de alfabetização. Anteriormente, fizeram planos para trazer um professor da aldeia, o que seria muito custoso. O Sr. Antonino Terena, interessado em lecionar a matéria, desejava ter orientações acerca de pedagogia de ensino de línguas.

A comunidade terena, em parte, congregam na igreja evangélica UNIEDAS, por eles fundada na região em 1982. Dela participa, também, a população local, não indígena. O culto é celebrado em português, sendo que são cantadas algumas músicas evangélicas em terena. Há interesse de frequentadores não indígenas daquela igreja em aprender tal língua.

7. CONCLUSÃO

Em contexto urbano, o indígena perde a possibilidade de exercer as práticas culturais próprias do ambiente tradicional. A organização social nativa deixa de ser vivenciada. Os espaços privilegiados de uso comunicativo da língua materna deixam de existir. O indígena perde seu estatuto, se proletariza, mas não perde sua memória. Os espaços, as atividades e a língua não caem totalmente no esquecimento. No entanto, isso não ocorre com os nascidos na cidade.

Ligados à cultura ancestral, parte das comunidades indígenas na Grande São Paulo se articula em face do Estado. São cientes da importância de se manter uma concepção de vida e de mundo diferente. Nas comunidades com língua nativa não extinta, não havendo renovação de espaços de uso, poderá ocorrer o desaparecimento dela nas próximas gerações.

É preciso dedicação por parte do pesquisador. A assessoria linguística às populações indígenas deve tomar cuidado para que seus projetos não sejam confundidos com o projeto da comunidade, criando muitas vezes relação de dependência e subalternidade. Deve-se conhecer a comunidade e seu histórico, sua relação com o mundo.

A conquista de uma simples prática comunicativa de cumprimento ou saudação na língua materna realizada entre os indivíduos e entre as diferentes gerações é de grande valor para o resgate cultural. E se as escolas públicas adotassem, na prática, uma pedagogia que realmente levasse

em conta a diversidade? E se houvesse um dia por mês em que o grupo se reunisse para se comunicar na língua dos avós?

Deve-se estar sempre pronto para se criar e se recriar. Mas, o mais importante é perceber que as línguas indígenas e as culturas milenares de seus falantes são contrapontos essenciais para a civilização pós-industrial e, se esta não contempla a vida em sua plenitude, então aquelas poderão ser vias possíveis de acesso ao repensar do homem.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Marcos Alexandre dos Santos. Mobilização Étnica na cidade de São Paulo: o caso dos índios Pankararu. In: *Espaço Ameríndio*, v.1, n.1. Porto Alegre, 2007.
- ARRIGADA, Pamela Una. Lengua Aimara. In CABEZAS, Gilberto Sanchez (org.) *Seminário de Etnolinguística: um estudo de tres lenguas Ameríndias – Nahuatl, Quéchua, Aimara*. Santiago: Universidad do Chile, 2006.
- ARRUTI, José Maurício Andion. Morte e vida do Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. In: *Revista de Estudos Históricos*. 1995.
- AZANHA, Gilberto. *As terras indígenas terenas no Mato Grosso do Sul*. Brasília: CTI, 2004.
- CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002.
- CARDENAS, Victor Hugo & ARBÓ, Javier. El Aymara. In POTIER, Bernard (org.) *América latina em sus lenguas indígenas*. Caracas: UNESCO, 1983.
- CESAR, America Lucia. Algumas questões a propósito de línguas e construções de identidades étnicas. In: *Estudos Linguísticos XXXV*: 2006.

- CIMI-Grande São Paulo. *Indígenas na cidade de São Paulo— III Encontro de Formação e Articulação Indígena*. São Paulo: Paulinas, 2007.
- COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO. *Índios na cidade da São Paulo*. São Paulo, 2004.
- GOMES, Mércio Pereira. *Os índios e o Brasil*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1988.
- GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). *Formação de professores indígenas: repensando trajetórias*. Brasília: Ministério da Educação, 2006.
- HINTON, Leanne. *Como manter sua língua viva: uma abordagem da aprendizagem individualizada baseada no bom senso*. Brasília: Ministério da Educação, Unesco, 2007.
- KIETZMAN, Dale. Tendências de ordem lexical da aculturação linguística em Terena. In: *Revista de Antropologia*, vol 6, nº1. São Paulo: USP, 1958.
- JUNQUEIRA, Carmen. *Antropologia indígena – uma introdução*. São Paulo: EDUC, 1991.
- LADEIRA, Maria Elisa. *Lingua e História– Análise Sociolinguística em um grupo Terena (tese de doutoramento)*. São Paulo: USP, 2001. (acervo CTI)
- MEDER, Robert E. (org.). Índios do Nordeste -Levantamento sobre os Remanentes Tribais do Nordeste Brasileiro. In *Série Linguística nº 7*. Brasília: Summer Institute of Linguistics, 1977.
- NIMUENDAJÚ, Curt. Map 7: Tribes of Eastern Brazil. *HSAI 1*: 382-383. 1946
- OLIVEIRA, João Pacheco de. *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Tapa, 1999.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. Aculturação e Mobilidade. In *O processo de Assimilação dos Terena*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1960.
- PEREIRA, Flávia R. Fernandes. *No tempo em que era tudo Cabôco”– um estudo de caso sobre a construção da(s) identidade(s) étnica(s) entre os Wassu da aldeia Cocal* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Alagoas, 2006.

- PREZIA, Benedito. *Índigenas em São Paulo— ontem e hoje*. São Paulo: Paulinas, 2001.
- _____. *Caminhando na luta e na esperança— Retrospectiva dos últimos 60 anos de Pastoral Indigenista e dos 30 anos do CIMI*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- POTIER, Bernard. *América latina em sus lenguas indígenas*. Caracas: UNESCO, 1983.
- QUINTINOS, Christian Palo. Lengua Quéchuá o Runasimi. In CABEZAS, Gilberto Sanchez (org.) *Seminário de Etnolinguística: um estudo de tres lenguas Ameríndias – Nahuatl, Quéchuá, Aimara*. Santiago: Universidad do Chile, 2006.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma linguística crítica: Linguagem, Identidade e a Questão Ética*. São Paulo: Parábola, 2003.
- RIBEIRO, Darcy. *Culturas e línguas indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1957.
- RIBEIRO, João Paulo. A situação linguística dos povos indígenas da Grande São Paulo. Relatório de Pesquisa. Programa ensinar com pesquisa. Pró-Reitoria de Graduação. USP, 2010.
- RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. *Línguas brasileiras— Para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola, 1986.
- SANTOS, Luciano Gucem dos. A Riqueza das línguas indígenas. In *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de Hoje*. Brasília: Museu Nacional, 2001.
- SILVA, Maria Pimentel da. *Reflexões Sociolinguísticas sobre Línguas Indígenas Ameaçadas*. Goiânia: Ed. da UCG, 2009.
- SOUZA, Jorge Bruno Sales. *Fazendo a diferença. Um estudo da etnicidade entre os Kaimbé de Massacará* (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal da Bahia, 1996.

- SCHADEN, Egon. A aculturação no plano linguístico. In *A aculturação indígena*. Revista de Antropologia, vol. 13, nº1. São Paulo: USP, 1965.
- TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 2004.
- TORERO, Alfredo. A Família Linguística Quéchuá. In POTIER, Bernard (org.), *América latina em sus lenguas indígenas*. Caracas: UNESCO, 1983.
- VALE, Claudia Netto & RANGEL, Lucia Helena. Jovens indígenas na metrópole. In *Ponto e vírgula*, 4: 2008.

ABSTRACT: This paper displays the present situation of indians living in the Greater São Paulo nowadays and deals with their linguistic reality.

KEYWORDS: Indian peoples; urban environment; Applied Sociolinguistics; Indigenist Organizations